

Comunicação Científica

Virgínia Soares de Souza inocentada: Considerações sobre as coletivas de imprensa da defesa e acusação da médica.

Manoel Moabis¹

Beatriz A. Marocco²

RESUMO

O texto tem como interesse discutir a ação midiática da defesa e da acusação da Médica Virgínia Soares de Souza no momento da sua absolvição. A médica foi acusada pelo Ministério Público do Paraná de ter provocado intencionalmente sete mortes de pacientes internados na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba entre 2006 e 2013. O presente texto considera duas coletivas de imprensa: uma promovida pelo Ministério Público do Paraná e outra pelo escritório de advocacia Mattar Assad, que representa a médica. Trata-se de uma análise exploratória que compõe um período de aproximação com coletivas de imprensa em uma pesquisa de doutorado que o autor desenvolve. O texto tem como eixo teórico a noção de Acontecimento Jornalístico e Profissionalização das Fontes. Metodologicamente se vale de entrevistas estruturadas com a assessoria de imprensa do Ministério Público, com o advogado de defesa da médica e sua assessoria de imprensa e também com jornalistas que participaram dessas coletivas.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo; coletiva de imprensa; fontes; produção jornalística.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da etapa de exploração do objeto da pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que visa refletir sobre as estratégias utilizadas/construídas por jornalistas e fontes nas coletivas de imprensa. Baseia-se em duas coletivas de imprensa realizadas na cidade de Curitiba sobre a absolvição da médica Virgínia Soares de Souza, que foi acusada de provocar intencionalmente a morte de sete pacientes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba entre 2006 e 2013, quando o caso foi denunciado pelo Ministério Público do Paraná.

— A coletiva concedida pelo advogado da médica, Elias Mattar Assad, foi realizada no dia 21 de abril de 2017 no seu próprio escritório de advocacia. Já

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação do Vale do Rio dos Sinos

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

a coletiva concedida pelos promotores do Ministério Público do Paraná, Paulo Lima e Fernanda Nagl Garcez, foi realizada na sede do Ministério Público do Paraná no mesmo dia, 21 de abril de 2017, pouco mais de uma hora depois da coletiva da defesa da médica.

O texto proposto levou em consideração entrevistas com jornalistas que participaram das coletivas selecionadas, além da assessoria do Ministério Público do Paraná, o advogado de defesa da médica e a assessoria de imprensa contratada pelo advogado de defesa. Para ajudar a compreender o caso, o texto também se vale do material bruto (gravação) de uma das coletivas que está disponível na internet.

Como premissa, entendo que as coletivas de imprensa são utilizadas pelas fontes em casos de esclarecimento de questões com maior importância, ou mesmo configuram-se em espaços institucionalizados de contato cotidiano entre instituições sociais e imprensa. No caso proposto, as duas coletivas serviram para apresentar o ponto de vista da acusação (promotores do Ministério Público) e da defesa (advogado da médica) sobre a decisão do juiz Daniel Surdi de Avelar, que absolveu a acusada por entender que não havia provas para condenação.

Coletivas são ambientes controlados pela fonte na perspectiva da intervenção jornalística e com alto grau de importância para a cobertura noticiosa. Estes encontros são repercutidos na agenda midiática e em determinadas ocasiões chegam a ser transmitidas ao vivo. Podem evidenciar tanto o poder de intervenção do jornalismo, como o controle de quem organizou a coletiva.

Assim, é preciso considerar que uma coletiva de imprensa não se refere somente a um evento da cotidianidade do fazer jornalístico. Ela é usada com a intenção de chamar a atenção para algo sob o olhar daquele que a convoca. Torna-se interessante, então, explorar as estratégias usadas pela fonte para conseguir fazer com que suas interpretações sobre os fatos sejam utilizadas pelo

jornalista na produção da notícia e como os jornalistas trabalham nestes ambientes.

A cotidianidade do contato enstre estas duas estruturas de poder (jornalismo e demais instituições sociais) cria uma relação complexa que envolve uma disputa de interesses, que age sobre a notícia de forma decisiva. A relação jornalismo e fonte se cristaliza em um momento singular que considera questões históricas, sociais, de troca de interesses e negociação de valores. Estas são algumas das processualidades que operam nas coletivas de imprensa e a situação se torna ainda mais complexa em um cenário de profissionalização das fontes.

2. A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FONTES, UM RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE DE EXISTIR MIDLATICAMENTE

O processo de profissionalização das fontes, bastante evidente no cenário atual, desperta diferentes possibilidades de pesquisas e uma variedade de abordagens de ponderações acadêmicas acerca do seu impacto no jornalismo. O preparo das fontes no manejo do jornalismo exige um reconhecimento, cada vez mais forte, do funcionamento do jornalismo, suas estratégias, processos, valores e interesses.

As fontes, em especial aquelas que mantêm contatos mais frequentes com os jornalistas (instituições públicas, governos, grandes empresas, times de futebol, entre outras) buscam qualificar essa relação através da contratação de assessores de imprensa, muitos deles jornalistas³, que oferecem ao assessorado um conhecimento das regras operativas e dos valores do jornalismo.

Não se pode negar que a atuação dos jornalistas em instituições não jornalísticas é um processo em curso. Mais que isso, torna-se uma forma de dar vazão profissional para abrigar os jornalistas que se formam anualmente no país. Em alguns casos, a saída dos profissionais da notícia de instituições

³ A pesquisa "Perfil dos jornalistas", divulgada em 2013 indica que quase metade dos jornalistas trabalha em ambientes "fora da mídia"

essencialmente noticiosas se mostra uma forma de conseguir mais independência editorial em relação ao trabalho realizado.

Sobre o trabalho de assessores nas organizações consideradas para este trabalho, o Ministério Público do Paraná mantém em seu quadro 14 profissionais na área de assessoria de imprensa (~~7~~ sete jornalistas na equipe de redatores sendo uma delas coordenadora, ~~três~~ três profissionais na área de imagem institucional/-mídias eletrônicas destes apenas uma é jornalista os demais são designer, três estagiários ~~---~~ dois deles em jornalismo e um em designer, além de um profissional que realiza o apoio administrativo). Todos os profissionais são supervisionados pelo promotor Fernando da Silva Mattos. Já o escritório de advocacia de Elias Mattar Assad, contratou um serviço de assessoria de imprensa terceirizado para ajudar a colaborar neste momento do caso.

2.1 A “Dança” do jornalista com a fonte

A rotina de produção jornalística está atravessada ou talvez tensionada por uma série fatores que precisam ser considerados em estudos que se dediquem à compreensão das práticas. Ao tentar compreender as mutações do jornalismo e suas implicações para as pesquisas da área, Charron e Bonville (2016) conseguem elencar 14 fatores que atravessam o jornalismo em seus modos de produção, circulação e consumo. São eles (em ordem): Texto Jornalístico, texto Jornalístico, Prática Jornalística, Jornalistas, Organização Jornalística, Produção Midiática, Meios de Comunicação, Fontes de Informação, Público, Práticas culturais e valores, instituições socioculturais, Direito e sistema político e Economia.

Certamente, cada um desses fatores merece ser trabalhado de forma atenta e cuidadosa, pois não funciona de forma independente de um todo e a interação entre eles resulta em implicações de maior ou menor impacto na produção simbólica do jornalismo. Este texto, a partir de seu recorte, se debruça a compreender a interação entre o fator fonte de informação, as práticas jornalísticas, os jornalistas, valores socioculturais e o texto jornalístico. É

preciso reconhecer que outros arranjos com diferentes fatores seriam possíveis, considerando a complexidade que envolve o campo jornalístico.

Importante ressaltar que a fonte (enquanto sujeito) não tem a mesma preocupação que o jornalista no momento em que relata um assunto. Assim, de um lado há uma fonte interessada que busca e reconhece a legitimidade no jornalismo para seus discursos, e de outro, há um profissional que é colocado a agir ética e deontologicamente de forma específica sobre o que escreve. Mas esse mesmo profissional também participa do jogo de forças no qual os participantes são integrantes de diferentes campos instituídos na sociedade.

Esse jogo se dá sempre tendo como referência o interesse público, mas geralmente outros interesses se valem de um discurso público para emitir discursos particulares que obedecem a outras lógicas. Todo esse processo acontece de forma sutil, nas fronteiras do campo midiático, tornando difícil sua apreensão.

As assessorias de imprensa surgem no Brasil em meados do século XX. Com um forte apelo jornalístico, logo a nova forma de se relacionar com a imprensa e com a sociedade ganha força e passa a ocupar os currículos de graduação dos cursos em jornalismo que despontavam pelo país (CHAPARRO 2008).

Além do aumento da demanda pela qualificação do contato fonte-jornalista, a profissionalização das fontes no contato com a imprensa passa a ganhar força a partir da digitalização da comunicação, que tem permitido que as instituições produzam seus próprios conteúdos e dialoguem com a sociedade além de municiar as redações jornalísticas de produções em formato noticioso.

Como ressalta Santos (2001), o relacionamento entre jornalistas e fontes de informações parte da condição da fonte enquanto sujeito ativo na produção da notícia:

Frequentemente, as fontes conseguem incluir as suas mensagens e enquadramentos nas notícias, desenvolvendo algumas estratégias que estimulam o apetite dos jornalistas. Em especial as fontes oficiais, que jogam com o fator da falta de tempo dos jornalistas, oferecem recursos como exclusivos, dossiês de informações e fotografias. Por outro lado, através de fugas de informações sobre a sua ação e de outras fontes,

censura ou omissão de fatos, as fontes tentam controlar a realidade social dos acontecimentos, através da definição dos dados envolvidos (SANTOS, 2001, p. 99).

As fontes se profissionalizaram na medida em que o processo de apuração das notícias tornou-se institucionalizado. Nesse contexto, as fontes tornaram-se conhecedoras dos processos de produção da notícia (CHAPARRO, 2003).

A relação que se estabelece entre a fonte e os jornalistas ocorre em um sentido de busca de espaço para os discursos que são de interesse das fontes e também dos jornalistas encontrarem quem lhes forneça informações para redigir seus textos:

Nos rumos da democracia e da globalização, o mundo mudou, institucionalizou-se, bem como os interesses, as ações, as próprias pessoas. Globalizaram-se os processos as emoções e –sobretudo, –os fluxos – e circuitos da informação. E, nesse mundo novo, as instituições, incluindo-se as empresas, agem pelo que dizem, em especial pelos acontecimentos significantes que produzem, com os quais interferem na realidade, ao usarem a eficiência difusora do jornalismo (CHAPARRO, 2003, p. 33).

O cotidiano estabelecido nas redações é um dos fatores que contribui para que as pressões de algumas fontes em busca de visibilidade midiática sejam favorecidas. Elas (as fontes) aprenderam a trabalhar a seu favor com questões que envolvem o *deadline*, a falta de estrutura de um veículo em cobrir determinados assuntos, com a política editorial da empresa ou mesmo com o profissionalismo jornalístico (SOLOSKI, 1993).

Para se referir às fontes com acesso privilegiado aos meios de comunicação por ocuparem cargos institucionais importantes, vários autores fazem uso de um exemplo clássico, o Caso Watergate. –Reportando-se ao episódio, Traquina (2004) destaca a fala do diretor do Washington Post, Benjamin Bradlee:

Durante o “caso Watergate”, o diretor do Washington Post, Benjamin Bradlee, pergunta aos jornalistas Woodward e Bernstein não o nome da fonte de uma informação, mas a sua posição: “Diz-me só se está ao nível de assistente do Presidente” (Woodward e Bernstein, 1974: 33-34). Quando a resposta é não, Bradlee relega a notícia para uma página interior com o seguinte comentário: “Na próxima vez, obtém informação mais sólida” (TRAQUINA, 2004, p. 192).

Gans (1980) destaca que há vários tipos de fontes e as empresas jornalísticas escolhem estes sujeitos de acordo com suas necessidades ou então considerando a importância das fontes para o público. Ele explica que há uma negociação entre a informação que o jornalista publica e o que a fonte disse. Segundo o autor, o interesse do jornalista em atender ao interesse de sua fonte seria o de não perdê-la para demandas futuras, enquanto as fontes estariam preocupadas com a divulgação de suas versões sobre o fato ou interessadas simplesmente em promoção pessoal.

Chaparro (2006) fala em uma “revolução das fontes” ao discutir a presença de sujeitos na produção da notícia. Para ele, o desenvolvimento tecnológico aliado à interação entre fonte e jornalista ao longo do tempo ajuda a reconfigurar o papel do primeiro no trabalho do segundo. O autor explica que a interação entre público e jornalismo não é um fenômeno novo, já que as primeiras trocas entre estes sujeitos ocorriam antes mesmo do surgimento da TV, via cartas, ligações telefônicas ou mesmo entrevistas.

Como se pode observar, há um reposicionamento de papéis. Mais que isso, as mudanças provocadas pela informatização da sociedade precisam ser melhor compreendidas. Para o jornalismo, a compreensão desse novo cenário pode significar a manutenção do status de mediador social. A capacidade do público se comunicar ainda não foi bem “acomodada” no ambiente das práticas. Isso porque há uma mudança de fundo no papel do produtor de notícia, que deixa de ser os “olhos” do público, que não consegue mais experienciar a realidade social, e passa a contar com “concorrentes” que também podem publicar seus conteúdos.

2.2) A seleção noticiosa dos acontecimentos

O jornalismo é uma instituição que faz a mediação dos acontecimentos no sistema social (BERGER, 1975; TAVARES, 2012). Trata-se de uma mediação específica, que leva em conta aspectos como: credibilidade e confiança. Estes aspectos se referem a uma relação entre o jornalismo e a sociedade em um

acordo fiduciário (ALSINA, 1989). Como base neste acordo, o jornalismo delimita suas ofertas noticiosas e orienta o que é ou não da ordem do acontecimento jornalístico (BERGER, TAVARES, 2012).

Como aspecto comum ao acontecimento jornalístico temos a referência aos fenômenos com certo apelo notável (SOUSA, 2012) ou ao que chamamos no jornalismo de critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005). A notícia, portanto, é um meta-acontecimento discursivo que se dedica a falar de acontecimentos capturados na realidade social (BERGER; TAVARES, 2012).

A noção de acontecimento (QUERÉ, 2005) envolve, para além de um fato, algo que se realiza na vida social, abrange também um certo entendimento, contemplação ou algo a ser explicado. Neste sentido o acontecimento jornalístico, além de corresponder a diversos fatores da ordem da noticiabilidade para ser enquadrado como notícia, também está sujeito à interpretação. Neste sentido, o acontecimento é mais do que ele é em essência, mas abrange também aquilo que ele provoca (NORA, 1974).

Os jornalistas não conseguem presenciar tudo. Assim, necessitam de fontes posicionadas em estruturas diversas, as quais garantem ao jornalista a possibilidade de relatar aquilo com o que o jornalista não teve contato direto. O processo de contato sistemático com algumas fontes resulta na existência de uma rede noticiosa, que age de forma decisiva no enquadramento dos acontecimentos jornalísticos.

É preciso considerar ainda, a variedade de acontecimentos a partir dos quais o jornalismo constrói seu relato. Na tentativa de classificar essas diferenças, Molotch e Lester (1993) oferecem uma tipificação de acontecimentos que interessam ao jornalismo. Essa tipologia deixa claro que nem todos os acontecimentos são imprevisíveis como aparentam. Os autores consideram quatro tipos (principais) de acontecimentos:

- 1) acontecimentos de rotina – aqueles eventos “organizados” ou que se encaixam na rotina jornalística;
- 2) acidentes – acontecimentos não intencionais que acontecem de forma imprevisível;

3) escândalos – acontecimentos intencionais que se estabelecem de forma imprevisível nas rotinas jornalísticas; e

4) serendipity – se refere à descoberta casual de acontecimentos noticiáveis.

Mesmo com a diferença no modo como os acontecimentos estão organizados, ou talvez desorganizados, não há mudança significativa na estrutura da chamada rede informativa, ou seja, para diferentes situações de acontecimentos, os jornalistas mantêm sua rede de informantes capaz de ajudá-los a construir a notícia.

No caso das coletivas de imprensa, embora possam ser motivadas por um tipo de acontecimento (acidentes, escândalos), a realização do evento se encaixa na categoria acontecimentos de rotina, pois são previamente preparados para serem cobertos jornalisticamente.

3. AS COLETIVAS EM QUESTÃO: COMO JORNALISTAS E FONTES AGIRAM DIANTE DA ABSOLVIÇÃO DA MÉDICA VIRGÍNIA SOARES DE SOUZA

Antes de explicar como os atores atuaram midiaticamente diante da absolvição da médica Virgínia Soares de Souza, é importante fazer uma pequena recuperação do caso. A médica foi presa no dia 19 de fevereiro de 2013, depois da acusação do Ministério Público do Paraná de provocar intencionalmente a morte de sete pacientes entre 2006 e 2013 que estavam internados em estado crítico na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba.

Apesar de o juiz, Daniel Surdi Avelar, decretar sigilo de justiça na investigação para o processo, o caso foi amplamente coberto pela mídia, seja a partir de declarações da Polícia Civil, de ex-funcionários do hospital e até com o vazamento de trechos de áudio de conversas telefônicas entre a médica e funcionários do Hospital. A cobertura, a partir desses atores, indicava um cenário de culpa por parte da médica. Em algumas matérias publicadas depois

da divulgação da sentença, a absolvição foi abordada como uma “reviravolta” no caso.

No dia seguinte à absolvição ser divulgada (21/04/2017), tanto o advogado de defesa, quanto o Ministério Público do Paraná agendaram coletivas de imprensa como forma de se manifestarem sobre a decisão da justiça do Estado. As duas coletivas aconteceram no mesmo dia, com diferença de uma hora cada uma em locais distintos da capital paranaense, a do advogado de defesa ocorreu em seu escritório e a dos promotores do MP na sede do órgão.

As considerações que seguem foram obtidas em entrevistas estruturadas com duas jornalistas que estiveram nas coletivas, uma assessora de imprensa do Ministério Público do Paraná, e uma assessora contratada de forma terceirizada pelo advogado de defesa. Em um primeiro momento foi realizado um contato preliminar (via telefone) para obter informações operacionais sobre a viabilidade das entrevistas e informações sobre o caso. Na sequência algumas perguntas foram encaminhadas para cada entrevistado.

As perguntas foram divididas em dois grupos: os organizadores das coletivas (Ministério Público e Advogado de Defesa) e os participantes da coletiva (jornalistas). Para os organizadores as perguntas foram as seguintes: a) Quem decidiu convocar a coletiva de imprensa?; b) Por que recorreu a coletiva e não a um pronunciamento, divulgação em nota, etc.?; c) Como e quando foi feito o convite para os jornalistas?; e d) O que achou das publicações jornalísticas depois da coletiva? Elas reproduziram aquilo que se pretendeu expor durante as respostas na coletiva?

Já os jornalistas responderam as seguintes questões: a) Você teve a possibilidade/liberdade de perguntar o que queria na coletiva ou a fonte estabeleceu alguma regra limitadora?; b) Havia limite de perguntas por jornalista/ órgão de imprensa?; c) Todos os jornalistas presentes no ambiente fizeram perguntas?; d) A(s) pergunta(s) dos jornalistas foram respondida(s), ou você sentiu que a fonte tangenciou a(s) resposta(s)?; e) Por que você julga (se julga) importante se deslocar até uma coletiva, considerando o tempo escasso que os jornalistas têm para produzir seus conteúdos noticiosos?; e f) Você sentiu

necessidade de completar/–checar o material obtido na coletiva com algum elemento complementar? (entrevista, acesso a algum documento, ou outro dado que ficou incompleto).

3.1 A coletiva do Ministério Público

As respostas da assessora de imprensa no Ministério Público indicam que a decisão de promover a coletiva só foi tomada depois que a coletiva de imprensa da defesa tinha sido agendada. Embora a decisão de convocar a coletiva tenha partido dos promotores do caso, a forma de se posicionar midiaticamente revela o conhecimento ou talvez o reconhecimento de que uma coletiva da defesa da vítima naquele momento poderia ganhar grande visibilidade e como forma de equilibrar essa repercussão, o MP decidiu também promover uma coletiva com os promotores. A assessora do órgão reconhece que optou pela coletiva porque “poderia obter certo equilíbrio para as duas partes (defesa e acusação)” (Entrevista concedida ao autor em 26/07/2017).

Sobre o convite aos jornalistas, a assessoria de imprensa do Ministério Público informou que este foi feito por e-mail, por volta de duas horas antes da coletiva. Além do envio do e-mail, os assessores fizeram um reforço do convite enviado através de contatos via telefone, redes sociais e do aplicativo What's APP. Este segundo contato foi feito às emissoras de maior audiência da cidade (Rede Paranaense de Comunicação - RPC, Rede Independência de Comunicação - RIC, Rede Massa, Band TV, Gazeta do Povo, Metro, Bem Paraná, Tribuna, Paraná Portal, Banda B, BandNews, CBN).

Por fim, a assessoria disse que embora não tenha realizado o clipping eletrônico do caso, de modo geral, a partir do que ela pode acompanhar os objetivos da estratégia de comunicação foram atingidos.

3.2 A defesa da médica

O advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad contratou um serviço de assessoria de imprensa terceirizado para ajudar a trabalhar com a mídia neste momento do caso. De acordo com o próprio advogado, seu interesse era que a decisão judicial fosse divulgada, já que o caso foi amplamente coberto pela imprensa.

A assessora contratada pelo advogado tem uma empresa de comunicação na cidade de Curitiba há cerca de cinco anos. Atuou durante 16 anos como jornalista e presta serviços na área de assessoria para diferentes empresas da cidade. Em entrevista para este artigo, informou que a decisão pela coletiva de imprensa aconteceu em comum acordo com o advogado, e justificou a escolha dessa estratégia (coletiva de imprensa) por reconhecer que o caso teve um apelo significativo durante as investigações e assim a decisão também mereceria um destaque.

O convite para o evento (figura 1) aconteceu no final da tarde anterior à realização da coletiva. Além de uma postagem no Facebook do escritório de advocacia que representa a médica, a informação também foi enviada ao mailing list da assessora. No convite divulgado, consta a informação de que a médica Virgínia Soares de Souza estaria “pessoalmente” no escritório do advogado para participar da coletiva.

O convite foi enviado junto de uma nota à imprensa (figura 1), que apesar de ser nomeada como nota, não possui semelhança com texto jornalístico informativo (não está estruturado com lead, possui adjetivações além de termos não coloquiais). A nota reforça a decisão judicial, informa que a médica foi inocentada pela falta de provas apenas de ser acusada de crimes hediondos e ter sido “demonizada” pelos meios de comunicação. Outra informação importante da nota diz respeito à indenização que a médica conseguiu na justiça devido a uma ação trabalhista que movia contra o Hospital. Em entrevista concedida para este artigo, a assessora reconheceu que os jornalistas possam ter ido ao local a partir da expectativa da presença da médica, além disso, disse que realizou a transmissão ao vivo do evento via Facebook. A médica não participou da coletiva alegando problemas de saúde.

Figura 1

Elias Mattar Assad
Advogados Associados

Ref. Caso UTI Hospital Evangélico de Curitiba - Médica Virgínia Helena S. Souza foi Inocentada no Processo Criminal – no Conselho de Medicina e vencedora em Ação de Indenização (estimada em mais de R\$. 4.000.000,00).

Convocação de coletiva de imprensa (nesta sexta-feira 21/4 – 10h00-vide adiante)

Nota para a imprensa

Na qualidade de advogados de defesa da médica Virginia Helena Soares de Souza, que atuava como Chefe da UTI do Hospital Evangélico de Curitiba e foi injustamente presa, acusada de práticas criminosas e linchada moralmente. **Com absoluta limpidez na honra profissional comunicamos:**

1. Apesar de ter sido acusada de crimes hediondos e demonizada nos meios de comunicação (inclusive internacionalmente), ficou provado que a médica apenas praticou atos com justificativas em literaturas médicas e objetivos de salvar vidas de pacientes críticos;
2. A tese sustentada pela defesa foi da inocência e ausência de provas da existência de qualquer fato criminoso. O que não existiu não pode ficar provado!
3. Acolhendo a tese da defesa, o Juiz Daniel Surdi de Avelar, da Segunda Vara do Júri de Curitiba, **julgou improcedente/inadmissível a denúncia, absolveu sumariamente e impronunciou a médica Virgínia entendendo que o processo deve ser encerrado, sem necessidade de julgamento pelo júri popular;**
4. As mesmas teses defensivas foram utilizadas no **Conselho Regional de Medicina que igualmente INOCENTOU a médica Virginia Helena Soares de Souza**, entre outros, em mesmos pacientes críticos do processo criminal;
5. Também na Justiça do Trabalho a médica Virginia Helena foi vencedora em uma ação de indenização contra o Hospital Evangélico de Curitiba, que foi condenado a pagar um valor que hoje se estima em mais de R\$. 4.000.000,00;
6. A defesa enaltece os ingentes esforços da Justiça do Estado do Paraná na pessoa do Magistrado que presidiu o processo e sentenciou, pelo aprofundamento técnico da questão e paradigmática decisão;

COLETIVA DE IMPRENSA

7. Informam que a Médica Virginia Helena estará pessoalmente no escritório “Elias Mattar Assad-Advogados Associados”, **rua Campos Sales 771 (térreo), nesta sexta-feira (21/4/2017) às 10 horas**, onde darão entrevistas para a imprensa.

É a nota.

Curitiba, 20 de abril de 2017.

Elias Mattar Assad
Advogado

Louise Mattar Assad
Advogada

*Jornalista Adriane Werner fone 41. 997018070

Rua Campos Sales, 771, Juvevê – Curitiba – PR – Fone/Fax: 41 3014-3112

Fonte:

<https://www.facebook.com/emattarassad/photos/a.731892176866229.1073741830.661488560573258/1303143736407734/?type=3&theater>

3.3 As Jornalistas

Quanto às jornalistas entrevistadas para este artigo, chama a atenção o fato de que na coletiva do advogado de defesa não havia qualquer restrição para perguntas e que um dos apelos para a presença na coletiva era a possibilidade de participação da médica no evento. Isso ficou evidente nas matérias publicadas sobre o caso, que reforçaram a expectativa frustrada de participação da médica. Além disso, embora as jornalistas considerem que as perguntas foram respondidas pelo advogado, uma das entrevistadas revelou ter reconhecido a “habilidade” do advogado de defesa em algumas respostas:

“O Doutor Mattar Assad eh [sic] muito hábil. Ele desviou de algumas respostas, jogou informações no ar, como a questão do processo trabalhista que a doutora Virgínia ganhou contra o Hospital Evangélico, e ainda aproveitou para fazer o pré-lançamento do seu livro sobre o caso.” (Entrevista concedida ao autor em 27/07/2017).

Quanto à participação em coletivas, as jornalistas avaliaram que nem todas as coletivas têm a mesma importância para a produção jornalística. Mas também consideraram que a presença na coletiva em questão, a presença no local era necessária devido à repercussão do caso na sociedade e por questões de percepção do próprio jornalista:

“Você sente o clima, tem a possibilidade de falar cara a cara com a fonte (o q [sic] é sempre melhor) e ainda havia a possibilidade da própria Virgínia aparecer, o quê [sic] era a expectativa de muitos dos presentes. Para as tevês, claro, as coletivas são sempre preciosas principalmente para ajudar a ilustrar a reportagem e colher boas sonoridades.” (Entrevista concedida ao autor em 27/07/2017).

As entrevistadas também afirmaram que precisaram consultar outras fontes de informação para produzir a matéria sobre o caso. Dados sobre a sentença, valor da indenização que a médica também deve receber na ação trabalhista movida contra o Hospital foram algum dos exemplos citados de checagem de informações. Além disso, elas destacam que o Ministério Público também teve o mesmo espaço que a defesa da médica, em outra matéria que tratou da coletiva do órgão.

4. DESTAQUES SOBRE O CASO

Longe de oferecer uma análise conclusiva, até porque não era esta a proposta do artigo, destaca-se neste final a complexidade que envolve a produção da notícia a partir das coletivas. Os elementos apresentados neste recorte reforçam que a notícia é resultado de uma complexidade de questões que envolvem atores sociais diversos que interagem com os jornalistas, com a sociedade e disputam espaço midiático entre si.

Chama a atenção também a capacidade do jornalista em perceber esse jogo de forças, situação evidente quando a repórter entrevistada para este artigo revela ter percebido a habilidade do advogado em responder as questões. A estratégia do Ministério Público, em marcar uma coletiva de imprensa com apenas duas horas de antecedência e logo depois de saber que o advogado de defesa também o faria, revela também o (re)conhecimento das regras operativas do jornalismo como equilíbrio/pluralidade para conseguir pautar os jornalistas.

A estratégia da defesa da médica, em convocar a coletiva de imprensa logo que a sentença foi divulgada revela o reconhecimento dos interesses jornalísticos especialmente pela expectativa da presença da médica na coletiva. Além disso, a nota enviada junto do convite, já indica que tipo de enquadramento a defesa esperava para aquele momento do caso.

A observação desse caso específico, colabora com o momento inicial de pesquisa que o autor se encontra já que possibilita uma aproximação com um evento de disputa midiática a partir da coletiva de imprensa e inicia um processo de encontrar a complexidade e os protocolos presentes em eventos desse tipo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Espanha: 1989.

BERGER, P. L. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Christa e TAVARES, Frederico. Tipologias do Acontecimento jornalístico. IN: BENETTI; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2012.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. São Paulo: Vozes, 1998.

CHAPARRO, M. C. Cem Anos de Assessoria de Imprensa. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GUREVITCH, M.; BLUMLER, J. G. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

PEREIRA, F.H. Conversando com jornalistas: A perspectiva do interacionismo simbólico. **IN: Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre, Libretos, 2012.

QUERÉ, Louis. Entre o Facto e o sentido: A dualidade do acontecimento. **Trajectos, revista de Comunicação, Cultura e Educação**. N.6, 2005.

SANTOS, R. Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In: TRAQUINA, N. et al. (Orgs.). **O jornalismo português em análise de casos**. Lisboa: Ed. Caminho, 2001.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo Volume II: a tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.

_____. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed Unisinos, 2003.